



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

FUNDAÇÃO DE ENSINO E PESQUISA EM CIÊNCIAS DA SAÚDE

Procuradoria Jurídica

Parecer SEI-GDF n.º 12/2018 - FEPECS/DE/PROJUR

Referência: Processo SEI nº 00064-00000832/2018-37

Assunto: Pagamento de Taxa Institucional de anuidade à Associação Brasileira de Educação Médica- ABEM.

Ementa: Administrativo.
Pagamento de taxa de anuidade a Associação Brasileira de Educação Médica - ABEM. Contratação Direta. Dispensa de Licitação em razão do valor. Parecer n.º. 726/2008 - PROCAD/PGDF. Viabilidade Jurídica, desde que atendidas as recomendações.

Prezada Chefe,

I – Relatório

Versam os autos sobre o pagamento de taxa anual de participação da Associação Brasileira de Educação Médica - ABEM, referente ao ano de 2018, no valor de R\$4.448,00 (quatro mil, quatrocentos e quarenta e oito reais).

A área demandante interessada, a Escola Superior de Ciências da Saúde, elaborou projeto básico contendo o objeto, a justificativa, as especificações dos serviços, o valor estimado, o local para entrega, a vigência para o ano de 2018, as obrigações da contratada e da contratante, qual seja, a efetivação do pagamento (5859807).

Foi juntada aos autos a Declaração da ABEM sobre os valores da anuidade de 2018 (5934718).

O Núcleo de Execução Financeira apresentou informações sobre a disponibilidade dos recursos (5981735).

A Unidade de Administração Geral, por seu turno, encaminha o feito a esta PROJUR, para análise da Dispensa de Licitação (6065963).

É a síntese dos fatos.

II – Fundamentação

O escopo do processo reside justamente no pagamento da taxa anual de associado para a Associação Brasileira de Educação Médica - ABEM.

Em consulta ao site da ABEM verifica-se que trata-se de entidade privada sem fins lucrativos que congrega diversas instituições representativas, tanto públicas quanto privadas, como Centros, Faculdades, Escolas, Instituições e Cursos vinculados a educação médica, com o objetivo de aprimoramento da educação médica, sendo considerada associação de utilidade pública.

Tem-se a informação de que dezenas de Universidades Públicas Federais e Estaduais são tidas como membros associados. (637136)

A Escola Superior de Ciências da Saúde (ESCS), no projeto básico, apresenta a seguinte justificativa para formação do vínculo:

O pagamento da anuidade da ABEM é essencial para a Escola Superior de Ciências da Saúde – ESCS e Fundação de Ensino e Pesquisa em Ciências da Saúde – FEPECS, considerando que a ABEM mantém o curso de graduação em medicina atualizado em educação médica brasileira, por meio de revistas, periódicos e organizações de congressos científicos, além de buscar contribuição para a educação continuada do corpo docente da ESCS e de profissionais na área da saúde.

Acrescenta-se que a ESCS, desde a sua fundação, em 2001, é membro associado da ABEM. Nos anos anteriores, foi utilizada a contratação direta, fundada no Art. 24, inciso, II, ou seja, dispensa em razão do valor para formalização do vínculo.

Para essa linha, entretanto, com vistas a garantir a adequada destinação de recursos públicos haveria de se ter a robusta demonstração da essencialidade e vinculação da Associação com as atividades finalistas do órgão.

Conforme assenta Pedro Henrique Braz de Vita existe certa distinção entre vincular-se como um membro associado e celebrar um contrato com interesses opostos com obrigações recíprocas.

Já destacamos em outras oportunidades (ver: SAMPAIO, Ricardo Alexandre; DE VITA, Pedro Henrique Braz. A inaplicabilidade do regime jurídico das contratações públicas aos serviços notariais. *In*.: Revista Zênite – Informativo de Licitações e Contratos [ILC] nº 210, ago/2011, p. 762. E ainda texto de minha autoria, publicado neste [Blog](#), sob o título “A natureza do vínculo existente entre o cartório e a Administração enquanto usuária de serviços notariais”) que nem todas as relações jurídicas travadas entre a Administração e outras pessoas, que envolvam o pagamento de uma prestação pecuniária, detém natureza contratual. E eventual filiação de órgão ou entidade pública a alguma associação, parece-nos, faz parte do rol de relações não contratuais.

(...)

Filiar-se a uma associação significa, portanto, tornar-se um “associado”, ou seja, criar com a associação um vínculo de natureza

institucional, e não contratual (a qual demandaria uma distribuição de direitos e deveres antagônicos entre as partes, visando a circulação de alguma riqueza). In: Para se filiar a uma associação e efetivar o pagamento da respectiva anualidade, a Administração precisa deflagrar processo de contratação pública? <<https://www.zenite.blog.br/para-se-filiar-a-uma-associacao-e-efetivar-o-pagamento-da-respectiva-anualidade-a-administracao-precisa-deflagrar-processo-de-contratacao-publica/>>.

Nessa linha, defende-se que a participação de pessoa jurídica de direito público como membro associado não pressupõe nenhuma das hipóteses da Lei 8.666/93, não havendo, nesses casos, submissão ao regime geral de contratações. Como requisito à participação, no entendimento do autor, caberia a demonstração de vinculação entre a área de atuação de entidade civil e as finalidades institucionais do órgão ou entidade pública, com a comprovação de melhoria e aperfeiçoamento da atividade da Administração Pública, especialmente quando tal participação implicar desembolso de recurso com o pagamento de taxas de filiação ou manutenção.

Por outro lado, como é sabido, é mandamento constitucional que as relações do poder público com os particulares sejam pautadas nos princípios administrativos da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. Decorre desses princípios o corolário jurídico da prévia licitação para formalização de acordos, ajustes, contratos, e demais instrumentos que confirmem isonomia e assegurem o melhor aproveitamento dos recursos públicos, consoante regramento próprio da Lei Geral de Licitações, nº 8.666/93.

Quanto à dispensa de licitação fundada no Art. 24, incisos II, da Lei 8.666/93, a tratar da contratação de serviço de pequeno valor, a Procuradoria Geral do Distrito Federal elaborou o Parecer nº. 726/2008 - PROCAD/PGDF, ao qual foi outorgado efeito normativo por despacho do Exmº Governador do Distrito Federal, publicado no DODF de 16 de abril de 2009, cabendo observá-lo para verificação de compatibilidade do procedimento.

Apontamento inicial diz respeito à atenção que deve ser voltada a se evitar o parcelamento do objeto, uma vez que só se admite a contratação direta quando constatado que todo o objeto a ser contratado está compreendido no mesmo procedimento.

Há expressa previsão legal da possibilidade de substituição do instrumento de contrato, mesmo nos casos de dispensa de licitação, por nota de empenho, como ocorre nos autos.

O Parecer nº. 726/2008 - PROCAD/PGDF estabelece os seguintes passos para a formalização de contratação direta de serviços de pequeno valor, senão vejamos:

- a) indicação perfeita do objeto a ser contratado pela Administração (art. 14); **(presente)**
- b) aprovação do Projeto Básico pela autoridade competente, nos casos de obras e serviços (art. 70); **(ausente, dependendo de aprovação do projeto pelo ordenador de despesas)**
- c) confirmação da existência de recursos orçamentários para fazer frente à despesa estimada (art. 70, § 20, inciso III), os quais deverão estar em conformidade com o orçamento estimado em planilha (art. 40, § 2º, inciso II) e respeitar o limite para cada tipo de contratação (art. 24, incisos 1 e II); **(presente)**.
- d) autorização da autoridade competente para a realização da despesa (art. 38, caput); **(pendente)**

- e) juntada aos autos do termo do contrato a ser firmado (art. 38, inciso X), se for o caso, o qual deve seguir a orientação descrita anteriormente; **(substituição do contrato por nota de empenho).**
- f) declaração da autoridade administrativa no sentido de que não há parcelamento da obra, do serviço ou da compra (ar. 24, incisos 1 e II); **(pendente)**
- g) comprovação de que o preço é compatível com o praticado no mercado (art. 26, caput); **(presente, com a demonstração pelo sítio da instituição de compatibilidade dos preços)**
- h) justificativa da escolha do executor do contrato por parte da Administração; **(exige-se posterior indicação do executor para acompanhamento).**
- i) obrigatoriedade de a Administração fiscalizar a execução do objeto do contrato;
- j) previsão de que são aplicáveis ao contrato as cláusulas exorbitantes dos contratos administrativos. **(por se tratar de vínculo associativo não se mostra exigível presença de cláusulas exorbitantes).**

Por fim, cabe destacar, que compete privativamente ao Administrador avaliar o contexto fático que propicia o atendimento dos requisitos necessários para a contratação pretendida, verificando a conveniência e oportunidade – mérito administrativo –, carreando nos autos documentos que demonstram a observância das normas jurídicas.

Explicitamos ainda que, por se tratar de dispensa fundada no inciso II, do Art. 24, da Lei 8.666/93, não é exigível a comunicação à autoridade superior para ratificação e publicação da dispensa em diário oficial, já que tal dispensa não é alcançada pela norma do Art. 26.

Por fim, em vista da essencialidade de se manter como membro associado da ABEM, recomenda-se que para os anos seguintes a Escola insira nos programas de trabalho da Lei Orçamentária a respectiva previsão de pagamento dessa taxa de anuidade.

III – Conclusão

Ante o exposto, e com base nos argumentos levantados, conclui-se pela viabilidade de pagamento da taxa de inscrição a ABEM, por meio de dispensa de licitação, desde que procedidas as seguintes recomendações: i) aprovação do projeto básico pelo Ordenador de Despesas; ii) Autorização de realização de despesas pelo Ordenador. iii) Declaração de que não há parcelamento do objeto e que não haverá gastos ulteriores nesse exercício com a anuidade; iv) verificadas a autenticidade e validade dos documentos de habilitação.

Por fim, reforçando a recomendação de inclusão dessa taxa na lei orçamentária dos anos seguintes, aponta-se, ainda, a necessidade de futura designação de executor para acompanhamento do ajuste.

Breno L. Barão

Gerente de Contratos e Convênios

GECON/PROJUR/FEPCS

Acolho o Parecer SEI-GDF n.º 12/2018 - FEPECS/DE/PROJUR pelos seus fundamentos e determino o encaminhamento dos autos à UAG/FEPECS para conhecimento e deliberação quanto à continuidade do feito.

Kelen Cristina de Oliveira
Chefe da Procuradoria Jurídica
PROJUR/FEPECS



Documento assinado eletronicamente por **KELEN CRISTINA DE OLIVEIRA - Matr.0271454-X, Chefe da Procuradoria Jurídica**, em 22/03/2018, às 17:26, conforme art. 6º, do Decreto nº 36.756, de 16 de Setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **BRENO LIMA BARÃO - Matr.0271738-7, Gerente de Contratos e Convênios**, em 22/03/2018, às 17:26, conforme art. 6º, do Decreto nº 36.756, de 16 de Setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&verificador=6374984)
verificador= **6374984** código CRC= **32F4CC65**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

SMHN Quadra 03, Conj. "A", Bloco 01 Edifício Fepecs – Brasília-DF - Bairro Asa Norte - CEP 70.710-907 - DF

(61) 3325-4981